

CONCURSO PÚBLICO

## 022. PROVA OBJETIVA

AUDITOR DE CONTROLE EXTERNO | ESPECIALIDADE: LETRAS – LÍNGUA PORTUGUESA

- Você recebeu sua folha de respostas e este caderno contendo 100 questões objetivas.
- Confira seus dados impressos na capa deste caderno e na folha de respostas.
- Quando for permitido abrir o caderno, verifique se está completo ou se apresenta imperfeições. Caso haja algum problema, informe ao fiscal da sala para a devida substituição desse caderno.
- Leia cuidadosamente todas as questões e escolha a resposta que você considera correta.
- Marque, na folha de respostas, com caneta de tinta preta, a letra correspondente à alternativa que você escolheu.
- A duração da prova é de 5 horas, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas.
- Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após transcorridos 75% do tempo de duração da prova.
- Deverão permanecer em cada uma das salas de prova os 3 últimos candidatos, até que o último deles entregue sua prova, assinando termo respectivo.
- Ao sair, você entregará ao fiscal a folha de respostas e este caderno.
- Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

**AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO DE QUESTÕES.**

Nome do candidato \_\_\_\_\_

RG \_\_\_\_\_ Inscrição \_\_\_\_\_ Prédio \_\_\_\_\_ Sala \_\_\_\_\_ Carteira \_\_\_\_\_

## CONHECIMENTOS GERAIS

### LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o texto para responder às questões de números **01** a **12**.

#### *Hora do pesadelo*

O carnaval de rua veio para ficar. O número de blocos autorizados pela Prefeitura de São Paulo a desfilar entre os dias 15 de fevereiro e 1º de março chegou a 644, 180 a mais do que no ano passado. Haverá 678 desfiles em cerca de 400 pontos da cidade. São dados que mostram a potência econômica e turística desse evento para a cidade. Dessa forma, cabe às autoridades competentes cuidar para que um acontecimento dessa magnitude transcorra da maneira mais tranquila possível, não apenas para os milhares de participantes mas também para os que, malgrado não queiram participar da festa, são obrigados a conviver com seus efeitos mais danosos – sejam as interdições que obrigam moradores a alterar drasticamente sua rotina de deslocamentos, seja a incivilidade de muitos dos foliões.

O potencial econômico dos desfiles carnavalescos ajuda a explicar o exponencial crescimento dos blocos e a atração de cada vez mais turistas. Esse gigantismo pode representar ganhos para a cidade, mas é um enorme desafio para a Prefeitura. A julgar pela experiência dos anos anteriores, o ambiente para os foliões tem sido em geral satisfatório. O problema é que a Prefeitura tem sido incapaz de oferecer o mesmo tratamento àqueles – grande maioria – que não estarão nos desfiles. Para estes, o carnaval é a hora do pesadelo, que vem se tornando mais tétrico a cada ano que passa.

Mais blocos e mais desfiles pela cidade significam mais sujeira, mais barulho, mais ruas fechadas. Paulistanos tornam-se reféns dentro de suas próprias casas, tendo de suportar, dia e – principalmente – noite, a algazarra de foliões que estendem a festa até altas horas, fazendo seu carnaval particular em local público.

Ao mesmo tempo que aceita e estimula a expansão do carnaval de rua na cidade, a Prefeitura tem demonstrado escassa capacidade para coibir o comportamento selvagem dos que abusam do direito de se divertir na festa. Mas as vítimas desse descaso começam a reagir.

Um abaixo-assinado de moradores da Vila Leopoldina levou a Prefeitura a desistir de incluir a Avenida Gastão Vidigal, a principal do bairro, no circuito dos blocos. Os moradores disseram que “a região não é servida por metrô e a extensão da avenida não comporta grandes multidões”. Além disso, “a estrutura de forças de segurança local não comporta eventos dessa magnitude” e “haverá multidões apertadas no calor”, com “barulho, sujeira, urina e vandalismo”, sem falar no cerceamento do direito de ir e vir e no prejuízo ao comércio – que inclui a Ceagesp.

A Prefeitura aparentemente aceitou parte dos argumentos, ao dizer que cancelou o desfile na Avenida Gastão Vidigal “por motivo de organização e otimização dos espaços públicos”. A vitória dos moradores da Vila Leopoldina é um alento para os paulistanos que se sentem destituídos de sua condição de cidadãos durante o carnaval – período no qual, para muitos, a lei e as regras de civilidade deixam de valer.

(Editorial, “Hora do pesadelo”. <https://opiniaio.estadao.com.br>. 16.02.2020. Adaptado)

01. Analisando-se o título do texto, conclui-se corretamente que o editorial foi elaborado para enfatizar a perspectiva
- (A) dos paulistanos prejudicados pela Prefeitura, que desistiu “de incluir a Avenida Gastão Vidigal no circuito dos blocos”, pontuando-se ao longo dele que o turismo no carnaval paulistano não cresce, apesar dos contínuos estímulos da Prefeitura.
  - (B) das pessoas contrárias à ideia de que o carnaval “vem se tornando mais tétrico a cada ano que passa”, pontuando-se ao longo dele que o carnaval é uma festa popular que deveria ser banida da cidade de São Paulo.
  - (C) da Prefeitura, que está preocupada com “a potência econômica e turística desse evento para a cidade”, pontuando-se ao longo dele que os cidadãos paulistanos suportam o carnaval em razão dos benefícios culturais e econômicos.
  - (D) dos turistas que vão a São Paulo, onde os desfiles “significam mais sujeira, mais barulho, mais ruas fechadas”, pontuando-se ao longo dele que as festas populares, como o carnaval, ano a ano, expõem os cidadãos à violência.
  - (E) dos paulistanos “que se sentem destituídos de sua condição de cidadãos durante o carnaval”, pontuando-se ao longo dele que a Prefeitura de São Paulo estimula um evento de grande proporção que não tem como gerir plenamente.
02. Assinale a alternativa em que, nos dois trechos transcritos do texto, predomina a sequência tipológica argumentativa.
- (A) O número de blocos autorizados pela Prefeitura de São Paulo a desfilar entre os dias 15 de fevereiro e 1º de março chegou a 644... (1º parágrafo); Os moradores disseram que “a região não é servida por metrô e a extensão da avenida não comporta grandes multidões”... (5º parágrafo).
  - (B) Dessa forma, cabe às autoridades competentes cuidar para que um acontecimento dessa magnitude transcorra da maneira mais tranquila possível... (1º parágrafo); A vitória dos moradores da Vila Leopoldina é um alento para os paulistanos que se sentem destituídos de sua condição de cidadãos durante o carnaval... (6º parágrafo).
  - (C) Mais blocos e mais desfiles pela cidade significam mais sujeira, mais barulho, mais ruas fechadas. (3º parágrafo); ... 180 a mais do que no ano passado. Haverá 678 desfiles em cerca de 400 pontos da cidade. (1º parágrafo).
  - (D) Um abaixo-assinado de moradores da Vila Leopoldina levou a Prefeitura a desistir de incluir a Avenida Gastão Vidigal, a principal do bairro, no circuito dos blocos. (5º parágrafo); ... e “haverá multidões apertadas no calor”, com “barulho, sujeira, urina e vandalismo”... (5º parágrafo).
  - (E) A Prefeitura aparentemente aceitou parte dos argumentos, ao dizer que cancelou o desfile na Avenida Gastão Vidigal “por motivo de organização e otimização dos espaços públicos”. (6º parágrafo); Os moradores disseram que “a região não é servida por metrô e a extensão da avenida não comporta grandes multidões” (5º parágrafo).

03. No editorial, quando se afirma que a Prefeitura não dá o mesmo tratamento a todos os cidadãos, chama-se a atenção para o fato de que a Administração Pública

- (A) vem aceitando, amiúde, as demandas daqueles que veem com reservas o carnaval, o que implica deixar de lado os cidadãos e turistas que se divertem com essa festa, atitude que pode, inclusive, comprometer os cofres públicos, com diminuição de receita, além do possível desgaste político que esse procedimento implica.
- (B) proporciona um evento de grande proporção e alcance, esperado pelos cidadãos do país com ansiedade, não tendo condições, entretanto, de garantir que todos os paulistanos se divirtam durante essa festa popular, coibindo que ela se estenda durante a madrugada e limitando, cada vez mais, os espaços públicos para sua realização.
- (C) atende, de forma mais diligente, àqueles que estão envolvidos com a folia de carnaval, preocupada em fortalecer o potencial econômico e turístico desse evento na cidade, deixando em segundo plano a maioria da população paulistana, que fica à mercê dos aspectos negativos da festa, pois não compartilha a diversão.
- (D) tem colocado como prioridade os benefícios econômicos e políticos decorrentes dos eventos populares, capitalizando o carnaval como uma festa que serve à diversão do paulistano e dos turistas e passa a integrar a agenda de interesses de grupos altamente comprometidos com o bem-estar da população em geral.
- (E) sente dificuldade para valer-se dos seus interesses econômicos para capitalizá-los politicamente, razão pela qual se cria um vácuo nessa gestão de tal forma que nem os foliões paulistanos nem os turistas acabam se divertindo com o carnaval; da mesma sorte, nem aqueles que querem descansar e ser respeitados conseguem isso.

04. Nos processos de construção textual, identifica-se locução conjuntiva articulando duas orações com sentido de adição na passagem:

- (A) Dessa forma, cabe às autoridades competentes cuidar para que um acontecimento dessa magnitude transcorra da maneira mais tranquila possível... (1º parágrafo)
- (B) ... não apenas para os milhares de participantes mas também para os que, malgrado não queiram participar da festa, são obrigados a conviver com seus efeitos mais danosos... (1º parágrafo)
- (C) Esse gigantismo pode representar ganhos para a cidade, mas é um enorme desafio para a Prefeitura. (2º parágrafo)
- (D) ... a algazarra de foliões que estendem a festa até altas horas, fazendo seu carnaval particular em local público. (3º parágrafo)
- (E) A vitória dos moradores da Vila Leopoldina é um alento para os paulistanos que se sentem destituídos de sua condição de cidadãos durante o carnaval... (6º parágrafo)

05. Analise as passagens do texto:

- ... cabe às autoridades competentes cuidar para que um acontecimento dessa **magnitude** transcorra da maneira mais tranquila possível, não apenas para os milhares de participantes, mas também para os que, **malgrado** não queiram participar da festa... (1º parágrafo)
- O potencial econômico dos desfiles carnavalescos ajuda a explicar o **exponencial** crescimento dos blocos... (2º parágrafo)
- A vitória dos moradores da Vila Leopoldina é um **alento** para os paulistanos... (6º parágrafo)

Os termos destacados significam, correta e respectivamente:

- (A) importância; não obstante; expressivo; ânimo.
- (B) inexpressividade; conquanto; absurdo; alegria.
- (C) grandeza; por conseguinte; acentuado; certeza.
- (D) desprendimento; ainda que; relativo; esperança.
- (E) complexidade; à medida que; significativo; temor.

06. De acordo com a norma-padrão, a organização sintática e o emprego dos sinais de pontuação estão adequadamente atendidos em:

- (A) Com 180 blocos a mais do que em 2019, o carnaval de rua de São Paulo, contará com 678 desfiles em cerca de 400 pontos da cidade.
- (B) Já que é um evento com milhares de participantes é comum que, ocorram as interdições que obrigam os moradores a alterar sua rotina de deslocamentos.
- (C) Dia e noite, paulistanos tornam-se reféns em suas próprias casas, tendo de suportar, a algazarra de foliões, que estendem a festa até altas horas.
- (D) O ambiente para os foliões, sejam eles cidadãos da cidade ou turistas, julgando-se pela experiência dos anos anteriores, tem sido em geral satisfatório.
- (E) Elaborado por moradores da Vila Leopoldina o abaixo-assinado levou a desistir de incluir a Prefeitura no circuito dos blocos, a avenida principal do bairro.

07. As informações textuais que expressam sentido entre si, respectivamente, de causa e efeito estão em:

- (A) O número de blocos autorizados pela Prefeitura de São Paulo a desfilarem entre os dias 15 de fevereiro e 1º de março chegou a 644... (1º parágrafo)
- (B) A julgar pela experiência dos anos anteriores, o ambiente para os foliões tem sido em geral satisfatório. (2º parágrafo)
- (C) Mais blocos e mais desfiles pela cidade significam mais sujeira, mais barulho, mais ruas fechadas. (3º parágrafo)
- (D) ... a Prefeitura tem demonstrado escassa capacidade para coibir o comportamento selvagem... (4º parágrafo)
- (E) Os moradores disseram que “a região não é servida por metrô e a extensão da avenida não comporta grandes multidões”. (5º parágrafo)

08. Identifica-se linguagem conotativa, com ressalva à realização do carnaval na cidade de São Paulo, no trecho:

- (A) ... sejam as interdições que obrigam moradores a alterar drasticamente sua rotina de deslocamentos, seja a incivildade de muitos dos foliões. (1º parágrafo)
- (B) Para estes, o carnaval é a hora do pesadelo, que vem se tornando mais tétrico a cada ano que passa. (2º parágrafo)
- (C) ... a algazarra de foliões que estendem a festa até altas horas, fazendo seu carnaval particular em local público. (3º parágrafo)
- (D) Um abaixo-assinado de moradores da Vila Leopoldina levou a Prefeitura a desistir de incluir a Avenida Gastão Vidigal, a principal do bairro, no circuito dos blocos. (5º parágrafo)
- (E) ... período no qual, para muitos, a lei e as regras de civilidade deixam de valer. (6º parágrafo)

09. Nas passagens "... são obrigados a conviver com **seus efeitos mais danosos...**" (1º parágrafo) e "Mas as vítimas **desse descaso** começam a reagir." (4º parágrafo), as expressões destacadas referem-se, correta e respectivamente:

- (A) ao lado ruim do carnaval de rua paulistano; à ação limitada da Prefeitura.
- (B) ao aumento do número de blocos de carnaval; à coibição do comportamento selvagem.
- (C) ao descaso com o carnaval de rua em São Paulo; ao posicionamento da Prefeitura.
- (D) ao comportamento dos participantes do carnaval; à expansão do carnaval.
- (E) às datas de desfiles de rua na cidade de São Paulo; ao abuso do direito à diversão.

10. A palavra "que" está empregada como pronome relativo, imprimindo sentido de restrição ao enunciado, em:

- (A) O número de blocos autorizados pela Prefeitura de São Paulo a desfilar [...] chegou a 644, 180 a mais do **que** no ano passado. (1º parágrafo)
- (B) Para estes, o carnaval é a hora do pesadelo, **que** vem se tornando mais tétrico a cada ano que passa. (2º parágrafo)
- (C) O problema é **que** a Prefeitura tem sido incapaz de oferecer o mesmo tratamento àqueles – grande maioria – que não estarão nos desfiles. (2º parágrafo)
- (D) Os moradores disseram **que** "a região não é servida por metrô e a extensão da avenida não comporta grandes multidões". (5º parágrafo)
- (E) A vitória dos moradores da Vila Leopoldina é um alento para os paulistanos **que** se sentem destituídos de sua condição de cidadãos durante o carnaval... (6º parágrafo)

Leia o texto para responder às questões de números 11 a 18.

### *Folia agigantada*

São Paulo prepara-se para ser palco do maior Carnaval de rua de sua história. Pela primeira vez, a cidade, que já foi apelidada de "túmulo do samba", terá desfiles em todas as suas 32 subprefeituras.

Também em número de blocos, a folia promete expansão inédita. Os números são preliminares, mas as 490 agremiações do ano passado deverão ser largamente suplantadas, com aumento previsto de 70%. Novas atrações também animarão a festa, como o famoso Galo da Madrugada, de Pernambuco.

Levantamentos preliminares sugerem que a capital paulista poderá ser o principal destino turístico do país durante os festejos, suplantando Rio de Janeiro e Salvador. Com isso, projeta-se aumento da circulação de dinheiro, em favor de hotéis, bares, comércio etc.

No cenário animador, um certo clima de ufanismo parece contagiar quadros da prefeitura, que tem em seus membros um carnavalesco conhecido – o secretário de Cultura, Alê Youssef, fundador do bloco Acadêmicos do Baixo Augusta. O carnavalesco, que representa uma face mais progressista do governo municipal, vê no Carnaval também um meio de manifestação política. O secretário já declarou que pretende fazer com que a festa seja um contraponto a ameaças à liberdade de expressão.

A expansão do Carnaval de rua é um fenômeno que se observa há anos em diversas cidades. No Rio, por exemplo, os blocos começaram a reconquistar as ruas a partir da primeira década do século. O retorno do que seria um tipo mais autêntico de comemoração provocou simpatias e elogios da população e de cronistas da festa.

Com o tempo, contudo, a outra face do crescimento da folia foi-se mostrando problemática – a insuficiência de banheiros públicos, o aumento de furtos, o trânsito interrompido, as áreas protegidas ocupadas por blocos não autorizados e o excesso de barulho.

A Prefeitura de São Paulo afirma que reestruturou o planejamento do evento com vistas a diminuir os transtornos. Ao longo de 37 reuniões, os trajetos passaram pelo crivo de diversos órgãos, como CET, SPTrans (responsável pelos ônibus), polícia e GCM (Guarda Civil Metropolitana). Medidas em outras áreas também foram anunciadas.

Cabe às autoridades, agora, fazer com que a propalada reorganização saia do papel e garanta à cidade e a seus moradores um padrão aceitável de funcionamento.

(Editorial, "Folia agigantada". *Folha de S.Paulo*, 05.02.2020. Adaptado)

11. No editorial da *Folha*, as informações que também constam no texto *Hora do pesadelo* são:

- (A) o fato de São Paulo ter-se tornado o grande palco do carnaval; as simpatias e elogios da população pelo evento; a eventual desorganização da festa.
- (B) a superação do carnaval do Rio pelo de São Paulo; o ufanismo que contagia os quadros da prefeitura; a reestruturação do planejamento do evento.
- (C) a expansão do número de blocos carnavalescos; a projeção de aumento da circulação de dinheiro; os problemas de infraestrutura para atender os foliões.
- (D) a ampliação das áreas protegidas das ações dos foliões; o uso do carnaval como meio de manifestação política; o expressivo retorno financeiro da festa de carnaval.
- (E) o entusiasmo da prefeitura com a ampliação dos blocos de carnaval; a projeção de diminuição do número de turistas; a animação do Galo da Madrugada.

12. Observe as informações:

- Dessa forma, cabe às autoridades competentes cuidar para que um acontecimento dessa magnitude transcorra da maneira mais tranquila possível... (*Hora do pesadelo*)
- Cabe às autoridades, agora, fazer com que a propalada reorganização saia do papel e garanta à cidade e a seus moradores um padrão aceitável de funcionamento. (*Folia agigantada*)

A leitura comparativa dos dois trechos permite concluir que ambos os editoriais

- (A) reiteram o descaso com as demandas que surgem quando se trata da realização de um evento da proporção do carnaval, ironizando que as autoridades possam garanti-lo com um padrão aceitável de civilidade.
- (B) sinalizam a necessidade de as autoridades reverem a realização do carnaval na cidade, uma vez que é incontestemente uma série de situações que colocam a integridade física dos cidadãos e dos turistas em risco.
- (C) sugerem que a responsabilidade pelo evento na cidade seja expandida para outras esferas governamentais, já que, com seu agigantamento, é imperioso o emprego de técnicas de segurança mais arrojadas.
- (D) reforçam a necessidade de ações governamentais conjuntas para o evento, embora reconheçam que é impossível a realização de uma festa dessa proporção sem prejuízos a determinadas camadas da população.
- (E) reconhecem o papel protagonista das autoridades no que diz respeito à realização do carnaval dentro dos padrões de civilidade, ressalva que se faz em razão de uma série de problemas que surgem durante esse evento.

13. Na organização das informações no texto, o emprego de verbos no tempo presente cria um efeito de aproximação com o leitor, estratégia que dá mais força aos argumentos apresentados; o uso de tempos que remetem à ideia de hipótese, por sua vez, têm menos força argumentativa. Esses dois recursos de argumentação são, correta e respectivamente, exemplificados com as passagens:

- (A) Com isso, projeta-se aumento da circulação de dinheiro, em favor de hotéis, bares, comércio etc. (3º parágrafo); O retorno do que seria um tipo mais autêntico de comemoração provocou simpatias e elogios da população e de cronistas da festa. (5º parágrafo).
- (B) A expansão do Carnaval de rua é um fenômeno que se observa há anos em diversas cidades. (5º parágrafo); No Rio, por exemplo, os blocos começaram a reconquistar as ruas a partir da primeira década do século. (5º parágrafo).
- (C) Com o tempo, contudo, a outra face do crescimento da folia foi-se mostrando problemática... (6º parágrafo); ... que já foi apelidada de “túmulos do samba”... (1º parágrafo).
- (D) Ao longo de 37 reuniões, os trajetos passaram pelo crivo de diversos órgãos... (7º parágrafo); O secretário já declarou que pretende fazer com que a festa seja um contraponto a ameaças à liberdade de expressão. (4º parágrafo).
- (E) Cabe às autoridades, agora, fazer com que a propalada reorganização saia do papel... (8º parágrafo); A Prefeitura de São Paulo afirma que reestruturou o planejamento do evento com vistas a diminuir os transtornos. (7º parágrafo).

14. No editorial, identifica-se linguagem denotativa na passagem

- (A) “São Paulo prepara-se para ser palco do maior Carnaval de rua de sua história.” (1º parágrafo), na qual se enaltece o carnaval de rua de São Paulo, considerado como o melhor do Brasil.
- (B) “Também em número de blocos, a folia promete expansão inédita.” (2º parágrafo), na qual se mostra que os números do carnaval de São Paulo ultrapassam os de Salvador e do Rio de Janeiro.
- (C) “um certo clima de ufanismo parece contagiar quadros da prefeitura” (4º parágrafo), na qual se sugere uma certa desconfiança na prefeitura quanto à produção de um grande carnaval.
- (D) “A Prefeitura de São Paulo afirma que reestruturou o planejamento do evento” (7º parágrafo), na qual se expressa o papel da Prefeitura na organização do evento para torná-lo melhor.
- (E) “e garanta à cidade e a seus moradores um padrão aceitável de funcionamento.” (8º parágrafo), na qual se ironiza a capacidade de reorganização do carnaval paulista pela Prefeitura da cidade.

15. Assinale a alternativa em que a preposição destacada forma uma expressão cujo sentido é de finalidade.

- (A) ... mas as 490 agremiações do ano passado deverão ser largamente suplantadas, **com** aumento previsto de 70%. (2º parágrafo)
- (B) **Com** isso, projeta-se aumento da circulação de dinheiro, em favor de hotéis, bares, comércio etc. (3º parágrafo)
- (C) **Com** o tempo, contudo, a outra face do crescimento da folia foi-se mostrando problemática... (6º parágrafo)
- (D) A Prefeitura de São Paulo afirma que reestruturou o planejamento do evento **com** vistas a diminuir os transtornos. (7º parágrafo)
- (E) Cabe às autoridades, agora, fazer **com** que a propalada reorganização saia do papel... (8º parágrafo)

16. Com o tempo, contudo, a outra face do crescimento da folia foi-se mostrando problemática – a insuficiência de banheiros públicos, o aumento de furtos, o trânsito interrompido, as áreas protegidas ocupadas por blocos não autorizados e o excesso de barulho. (6º parágrafo)

A reorganização das informações do trecho, em que a expressão escrita atende aos sentidos do texto e à norma-padrão, é:

- (A) Graças ao tempo, no entanto, a outra face do crescimento da folia foi-se mostrando problemática devido a insuficiência de banheiros públicos, o aumento de furtos, o trânsito interrompido, as áreas protegidas ocupadas por blocos não autorizados e o excesso de barulho.
- (B) Devido o tempo, então, a outra face do crescimento da folia veio-se mostrando problemática: a insuficiência de banheiros públicos, o aumento de furtos, o trânsito interrompido, as áreas protegidas ocupadas por blocos não autorizados e o excesso de barulho.
- (C) Com o passar do tempo, porém, a outra face do crescimento da folia foi-se mostrando problemática, evidenciando-se a insuficiência de banheiros públicos, o aumento de furtos, o trânsito interrompido, as áreas protegidas ocupadas por blocos não autorizados e o excesso de barulho.
- (D) Com o tempo concluído, apesar disso, a outra face do crescimento da folia vêm-se mostrando problemática, com a insuficiência de banheiros públicos, o aumento de furtos, o trânsito interrompido, as áreas protegidas ocupadas por blocos não autorizados e o excesso de barulho.
- (E) Ao longo do tempo, de fato, a outra face do crescimento da folia foi-se mostrando problemática? A insuficiência de banheiros públicos, o aumento de furtos, o trânsito interrompido, as áreas protegidas ocupadas por blocos não autorizados e o excesso de barulho mostra que sim.

17. Considere as passagens do texto:

- Pela primeira vez, **a cidade**, que já foi apelidada de “túmulo do samba”, terá desfiles em todas as suas 32 subprefeituras. (1º parágrafo)
- ... o secretário de Cultura, **Alê Youssef**, fundador do bloco Acadêmicos do Baixo Augusta. (4º parágrafo)
- No Rio, **por exemplo**, os blocos começaram a reconquistar as ruas a partir da primeira década do século. (5º parágrafo)
- Com o tempo, **contudo**, a outra face do crescimento da folia foi-se mostrando problemática (6º parágrafo)
- Cabe às autoridades, **agora**, fazer com que a propalada reorganização saia do papel... (8º parágrafo)

Assinale a alternativa em que se apresentam, correta e respectivamente, as justificativas para o emprego de vírgulas em relação às expressões destacadas.

- (A) Expressão está antecedida de oração principal e seguida de oração coordenada explicativa; sujeito; expressão retificativa; conjunção adversativa; advérbio de tempo intercalado.
- (B) Expressão está antecedida de locução adjetiva e seguida de oração adjetiva restritiva; vocativo; expressão comparativa; conjunção concessiva; advérbio de modo intercalado.
- (C) Expressão está antecedida de locução adverbial e seguida de oração adverbial causal; aposto; expressão enumerativa; conjunção conclusiva; advérbio de tempo intercalado.
- (D) Expressão está antecedida de locução adverbial e seguida de oração adjetiva explicativa; aposto; expressão exemplificativa; conjunção adversativa; advérbio de tempo intercalado.
- (E) Expressão está antecedida de oração coordenada assindética e seguida de oração adverbial consecutiva; vocativo; expressão resumidora; conjunção temporal; advérbio de lugar intercalado.

Leia o texto para responder às questões de números 18 a 20.

16 DE JULHO Levantei. Obedeci a Vera Eunice. Fui buscar água. Fiz o café. Avisei as crianças que não tinha pão. Que tomassem café simples e comesse carne com farinha. Eu estava indisposta, resolvi benzer-me. Abri a boca duas vezes, certifiquei-me que estava com mau olhado. A indisposição desapareceu sai e fui ao seu Manoel levar umas latas para vender. Tudo quanto eu encontro no lixo eu cato para vender. Deu 13 cruzeiros. Fiquei pensando que precisava comprar pão, sabão e leite para Vera Eunice. E os 13 cruzeiros não dava! Cheguei em casa, aliás no meu barraco, nervosa e exausta. Pensei na vida atribulada que eu levo. Cato papel, lavo roupa para dois jovens, permaneço na rua o dia todo. E estou sempre em falta. A Vera não tem sapatos. E ela não gosta de andar descalça. Faz uns dois anos, que eu pretendo comprar uma maquina de moer carne. E uma maquina de costura.

Cheguei em casa, fiz o almoço para os dois meninos. Arroz, feijão e carne. E vou sair para catar papel. Deixei as crianças. Recomendai-lhes para brincar no quintal e não sair na rua, porque os pessimos vizinhos que eu tenho não dão socego aos meus filhos. Saí indisposta, com vontade de deitar. Mas o pobre não repousa. Não tem o privilegio de gosar descanço. Eu estava nervosa interiormente, ia maldizendo a sorte.

(Carolina Maria de Jesus. *Quarto de despejo – diário de uma favelada*, 1993)

18. Observe as passagens:

- Cabe às autoridades, agora, fazer com que a propalada reorganização saia do **papel**... (8º parágrafo, editorial *Folia agigantada*)
- Cato **papel**, lavo roupa para dois jovens, permaneço na rua o dia todo. (1º parágrafo, *Quarto de despejo*)

Analisando o emprego da palavra “papel” nos dois textos, conclui-se que,

- (A) nas duas ocorrências, é explorada em linguagem denotativa, sendo atribuído a ela sentido pejorativo.
- (B) na primeira ocorrência, é explorada em linguagem conotativa; na segunda, em linguagem denotativa.
- (C) nas duas ocorrências, é explorada em linguagem conotativa, assumindo duplo sentido em ambas.
- (D) na primeira ocorrência, é explorada em linguagem denotativa; na segunda, em linguagem conotativa.
- (E) nas duas ocorrências, é explorada em linguagem denotativa, sendo o sentido ambíguo no editorial.

19. Ocorre, no texto, variação linguística, adequada à caracterização da personagem; ocorrem, também, trechos que atendem à norma-padrão da língua. Esses usos da língua – com variação linguística e com atendimento à norma-padrão – estão, correta e respectivamente, exemplificados com os trechos:

- (A) E os 13 cruzeiros não dava! / Fiquei pensando que precisava comprar pão, sabão e leite para Vera Eunice.
- (B) ... porque os pessimos vizinhos que eu tenho não dão socego aos meus filhos. / Avisei as crianças que não tinha pão.
- (C) Saí indisposta, com vontade de deitar. / Mas o pobre não repousa. Não tem o privilegio de gosar descanço.
- (D) Eu estava nervosa interiormente, ia maldizendo a sorte. / Eu estava indisposta, resolvi benzer-me.
- (E) Abri a boca duas vezes, certifiquei-me que estava com mau olhado. / Que tomassem café simples e comesse carne com farinha.

20. Assinale a alternativa em que a expressão escrita garante ao trecho – Deixei as crianças. Recomendai-lhes para brincar no quintal e não sair na rua, porque os pessimos vizinhos que eu tenho não dão socego aos meus filhos. – a coesão, a coerência e o atendimento à norma-padrão.

- (A) Quando deixei as crianças, recomendei a elas para brincar no quintal e não sair a rua, todavia os pessimos vizinhos que eu tenho não dão sossego aos meus filhos.
- (B) Deixei as crianças, e recomendei-as que brincassem no quintal e não saíssem na rua, porque os pessimos vizinhos que eu tenho não dão sossego aos meus filhos.
- (C) Deixei as crianças, embora tenha recomendado-lhes a brincar no quintal e não sair à rua, uma vez que os pessimos vizinhos que eu tenho não dão-lhes sossego.
- (D) Os pessimos vizinhos que eu tenho não dão sossego às crianças. Então, quando deixei elas, recomendei-as que brincassem no quintal e não saíssem na rua.
- (E) Como os pessimos vizinhos que tenho não dão sossego aos meus filhos, quando eu deixei as crianças, recomendei-lhes que brincassem no quintal e não saíssem para a rua.

## RACIOCÍNIO LÓGICO

21. Considere a seguinte afirmação: Se Carlos é médico, então Selma é auditora de controle externo e André é auxiliar técnico de controle externo.

Assinale a alternativa que contém uma equivalência lógica para a afirmação apresentada.

- (A) Se Selma não é auditora de controle externo e André não é auxiliar técnico de controle externo, então Carlos não é médico.
- (B) Se André não é auxiliar técnico de controle externo ou Selma não é auditora de controle externo, então Carlos não é médico.
- (C) Carlos é médico e Selma é auditora de controle externo, e André é auxiliar técnico de controle externo.
- (D) Carlos é médico, mas André não é auxiliar técnico de controle externo ou Selma não é auditora de controle externo.
- (E) Carlos é médico, mas Selma não é auditora de controle externo e André não é auxiliar técnico de controle externo.

22. Se a fiscalização é feita corretamente e as auditorias são consistentes, então os munícipes estão satisfeitos. Sabendo-se que os munícipes não estão satisfeitos, conclui-se corretamente que

- (A) a fiscalização foi feita corretamente ou as auditorias foram consistentes.
- (B) a fiscalização foi feita corretamente, mas as auditorias não foram consistentes.
- (C) a fiscalização não foi feita corretamente, mas as auditorias foram consistentes.
- (D) a fiscalização não foi feita corretamente e as auditorias não foram consistentes.
- (E) a fiscalização não foi feita corretamente ou as auditorias não foram consistentes.

23. Uma negação lógica para a afirmação “Sou feliz se, e somente se, você é feliz” está contida na alternativa:

- (A) Não sou feliz se, e somente se, você não é feliz.
- (B) Se eu não sou feliz, então você não é feliz.
- (C) Se você não é feliz, então eu não sou feliz.
- (D) Sou feliz e você não é feliz.
- (E) Ou eu sou feliz, ou você é feliz.

24. Considere falsa a afirmação I e verdadeira a afirmação II:

- I. Camila é auditora de controle externo em Ciências Atuariais e Jorge é auditor de controle externo em Ciências Jurídicas.
- II. Se Camila é auditora de controle externo em Ciências Atuariais, então Jorge é auditor de controle externo em Ciências Jurídicas.

Nessas condições, é necessariamente

- (A) verdade que Jorge é auditor de controle externo em Ciências Jurídicas.
- (B) falsidade que Jorge é auditor de controle externo em Ciências Jurídicas.
- (C) verdade que Camila é auditora de controle externo em Ciências Atuariais.
- (D) falsidade que Camila é auditora de controle externo em Ciências Atuariais.
- (E) verdade que Camila e Jorge não são auditores de controle externo.

25. Alberto, Carlos, Douglas e Edgar têm 35, 38, 40 e 41 anos, não necessariamente nessa ordem. Cada um deles trabalha com um tipo de veículo, sendo eles caminhão, carro, motocicleta e ônibus, em municípios distintos, sendo Campinas, Limeira, Marília e Santos, não necessariamente nas ordens apresentadas. Sabe-se que o de maior idade trabalha com carro e seu local de trabalho não é Limeira e, tampouco, Marília; Alberto tem menos idade que Douglas, trabalha em Campinas, não com ônibus, e o mais novo deles trabalha em Limeira, com motocicleta; Edgar não trabalha com ônibus e é mais velho que Alberto e que Douglas. A alternativa que apresenta uma associação correta dessas pessoas é:

- (A) Alberto trabalha com caminhão.
- (B) Douglas tem 38 anos.
- (C) Edgar trabalha em Marília.
- (D) Douglas trabalha em Campinas.
- (E) Alberto tem 40 anos.



26. Observe a sequência de figuras:

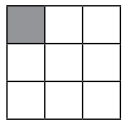


Figura 1

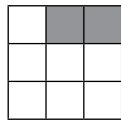


Figura 2

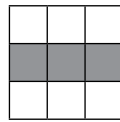


Figura 3

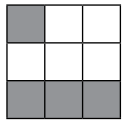


Figura 4

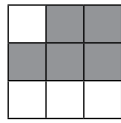


Figura 5

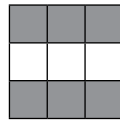


Figura 6

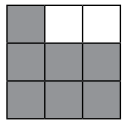


Figura 7

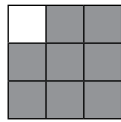


Figura 8

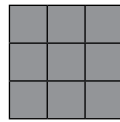


Figura 9

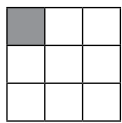


Figura 10

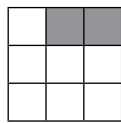


Figura 11

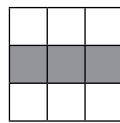


Figura 12

Nessa sequência de figuras, a figura 10 é igual à figura 1, a figura 11 é igual à figura 2, a figura 12 é igual à figura 3, e assim por diante. Dessa forma, na figura 325, o número de quadradinhos com o interior na cor branca será igual a

- (A) 8.
- (B) 6.
- (C) 4.
- (D) 2.
- (E) 0.

27. De um grupo de auditores de controle externo, cada um deles de uma única área, sabe-se que 20% são da área da Economia, 10% dos que não são da área da Economia são da área da Engenharia, e os demais, que correspondem a 180 agentes, são de outras áreas. Logo, o número de auditores de controle externo da área da Economia é

- (A) 60.
- (B) 55.
- (C) 50.
- (D) 45.
- (E) 40.

28. Três máquinas iguais, trabalhando no mesmo ritmo e simultaneamente, produzem 1500 unidades de determinado produto em exatamente uma hora e meia de trabalho. Para produzir 3000 unidades desse mesmo produto, nas mesmas condições de trabalho, é esperado que apenas duas dessas máquinas realizem o serviço em, no mínimo,

- (A) 2 horas e 00 minutos.
- (B) 2 horas e 10 minutos.
- (C) 3 horas e 40 minutos.
- (D) 4 horas e 30 minutos.
- (E) 4 horas e 50 minutos.

29. Uma verba de R\$ 832 mil reais será distribuída entre as filiais A e B de uma empresa, de forma inversamente proporcional aos valores gastos com advogados para as defenderem em processos abertos por clientes insatisfeitos. Se a razão entre os valores gastos pelas filiais A e B com os advogados é  $\frac{3}{5}$ , então, a filial A receberá a quantia de

- (A) R\$ 138,7 mil.
- (B) R\$ 312,0 mil.
- (C) R\$ 499,2 mil.
- (D) R\$ 520,0 mil.
- (E) R\$ 535,7 mil.

30. Certo vírus foi disseminado pela internet e, inicialmente, foram identificados cinco mil computadores infectados. A estimativa dos profissionais capacitados para resolver o problema é a de que o número  $y(x)$  de computadores infectados cresça até um valor máximo  $m$  e, a partir daí, ele comecasse a cair, onde  $y(x)$  representa o número de computadores infectados após  $x$  dias do início da disseminação, com  $y(0)$  representando o número de computadores infectados inicialmente. Supondo-se que a razão entre a diferença  $y(x) - m$  e o quadrado da diferença  $x - 4$  permaneça constante, e sabendo-se que 2 dias após o início da disseminação o número de computadores infectados era 9800, o valor máximo de computadores infectados, ou seja, o número  $m$ , é igual a

- (A) 9900.
- (B) 10800.
- (C) 11400.
- (D) 12200.
- (E) 14600.

## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

### REVISÃO DE TEXTOS

31. Atualmente na cidade de São Paulo existem 1,7 milhão de idosos, o equivalente a 15% dos paulistanos. Em 2050, segundo um estudo da Fundação Seade, os idosos vão corresponder a 30% da população do município. \_\_\_\_\_ as condições de vida \_\_\_\_\_ melhorando, permitindo que a população envelheça mais, será que as estruturas da cidade estão preparadas para lidar com esses novos números? Para a professora Yeda Duarte, da Escola de Enfermagem (EE) da USP, todos nós precisamos “entender que a velhice e o envelhecimento fazem parte dessa sociedade. \_\_\_\_\_, o envelhecimento tem que ser incluído e compreendido como parte integrante, participativa e colaboradora desta cidade”. De acordo com a docente, que é fundadora do curso de Gerontologia da USP, o princípio da solidariedade deve ser levado em conta tanto pelo poder público quanto por nós, os indivíduos. Cuidar melhor das nossas calçadas e espaços públicos, \_\_\_\_\_, é essencial.

(Denis Pacheco. *Como São Paulo pode tratar melhor a população mais velha?* Disponível em: <https://jornal.usp.br/podcast/momento-cidade-15-como-sao-paulo-pode-tratar-melhor-a-sua-populacao-mais-velha>. Acesso em 03 jan. 2023. Adaptado)

Garante-se a coesão e a coerência textuais preenchendo-se as lacunas do texto, correta e respectivamente, com:

- (A) Se ... estão ... Dessa forma ... provavelmente
- (B) Como ... estejam ... Inclusive ... de fato
- (C) Ainda que ... estão ... Portanto ... no entanto
- (D) Apesar de ... estarem ... Por isso ... portanto
- (E) A fim de ... estarem ... Todavia ... apesar disso

32. Assinale a alternativa em que o enunciado está em conformidade com a norma-padrão, considerando a concordância e o emprego de formas verbais.

- (A) A venda e o consumo de bebidas alcoólicas são proibidos para menores de 18 anos. Caso vá dirigir, não beba, dados os riscos que há na associação entre direção e álcool.
- (B) É proibido para menores de 18 anos a venda e o consumo de bebidas alcoólicas. Caso for dirigir, não beba, pois a associação entre direção e álcool é perigoso.
- (C) A venda e o consumo de bebidas alcoólicas são proibidas para menores de 18 anos. Caso vai dirigir, não beba, dado o perigo de associar direção e álcool.
- (D) É proibida para menores de 18 anos a venda e o consumo de bebidas alcoólicas. Caso for dirigir, não beba, pois existe riscos na associação entre direção e álcool.
- (E) Venda e consumo de bebidas alcoólicas são proibidos para menores de 18 anos. Caso vá dirigir, não beba, dado os riscos na associação entre direção e álcool.

33. Dentre as diversas substâncias psicoativas, a nicotina e o álcool são as únicas que têm uso recreativo permitido no Brasil e na maioria dos países do mundo ocidental. Entretanto o consumo legalizado não implica desregulação. A proibição de venda para menores de 18 anos é um exemplo, e a punição para quem dirige bêbado, outro. Em relação ao último, o brasileiro ainda demonstra uma atitude irresponsável que pode ser fatal.

(Editorial. *Folha de S. Paulo*, 25.12.2022. Adaptado)

O tópico frasal do texto apresentado é:

- (A) Dentre as diversas substâncias psicoativas...
- (B) ... a nicotina e o álcool são as únicas que têm uso recreativo permitido no Brasil e na maioria dos países do mundo ocidental.
- (C) Entretanto o consumo legalizado não implica desregulação.
- (D) A proibição de venda para menores de 18 anos é um exemplo, e a punição para quem dirige bêbado, outro.
- (E) Em relação ao último, o brasileiro ainda demonstra uma atitude irresponsável que pode ser fatal.

Considere os enunciados para responder às questões de números 34 e 35.

- Martins (2012, p. 107) explica que “São também carregadas de afetividade as palavras que exprimem um pensamento pessoal.”
- Ao analisar o uso do discurso indireto livre, Martins (2012, p. 251) explica que Flaubert encontrou nesse recurso a possibilidade de atingir o seu ideal artístico: “O autor, em sua obra, deve ser como Deus no Universo: presente em toda parte e visível em nenhuma.” (*apud* Ullmann, *Style in French Prose*, p.181)

34. Os enunciados exemplificam, correta e respectivamente, uma citação

- (A) direta curta e uma citação direta longa.
- (B) indireta e uma citação direta.
- (C) de citação e uma citação de citação.
- (D) direta longa e citação direta.
- (E) direta curta e uma citação de citação.

35. Nas referências, a obra de Nilce Sant'Anna Martins deve assumir a seguinte forma:

- (A) Martins, Nilce Sant'Anna. **Introdução à Estilística**. 4. ed. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 2012.
- (B) Nilce Sant'Anna Martins. **Introdução à Estilística**. 4.<sup>a</sup> ed. São Paulo. Editora da Universidade de São Paulo, 2012.
- (C) MARTINS, Nilce Sant'Anna. **Introdução à Estilística**. 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.
- (D) MARTINS, Nilce Sant'Anna. "Introdução à Estilística". 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.
- (E) MARTINS, Nilce Sant'Anna, **Introdução à Estilística**. 4.<sup>a</sup> ed. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 2012.

36. Com base na NBR 6023, são abreviaturas das expressões "capítulo", "folha", "preto e branco" e "volume", correta e respectivamente, as formas:

- (A) cap. / f. / p & b / v.
- (B) Cap. / F. / P & B / v.
- (C) cap. / f. / p. & b. / vol.
- (D) Cap. / flh. / p & b / V.
- (E) cap. / F. / P & B. / Vol.

37. Considere os enunciados:

- Segundo autoridades, desde o primeiro dia de 2023, ondas de drones russos \_\_\_\_\_ atingindo uma parte importante da \_\_\_\_\_ da capital ucraniana e áreas vizinhas.

(<https://g1.globo.com/mundo>. Acesso em 03 jan. 2023. Adaptado)

- Em tese, o "novo conceito de desenvolvimento" de Xi Jinping não difere dos esforços ocidentais de adequar a economia de mercado \_\_\_\_\_ novas demandas do Estado de Bem-Estar Social: enfrentar desigualdades, monopólios e a dívida, orientando a produção a indústrias verdes e de alta tecnologia para gerar inovações e se tornar tecnologicamente \_\_\_\_\_. Na prática, as condições para esse crescimento sustentável estão sendo \_\_\_\_\_ pelas obsessões político-ideológicas do Partido.

(Opinião. *Estadão*, 03.01.2023. Adaptado)

- Durante quase três anos, o líder chinês Xi Jinping apresentou-se como o comandante em chefe contra um \_\_\_\_\_ vírus descoberto no fim de 2019 em seu país. Munido do arsenal, assombrou o mundo com sua resposta inicial \_\_\_\_\_ pandemia da Covid-19.

(Editorial. *Folha de S.Paulo*, 28.12.2022. Adaptado)

De acordo com a norma-padrão, as lacunas do texto devem ser preenchidas, correta e respectivamente, com:

- (A) veem ... infraestrutura ... à ... autossuficiente ... delapidadas ... incidiioso ... a
- (B) vem ... infra-estrutura ... a ... auto-suficiente ... delapidadas ... insidioso ... à
- (C) vêm ... infra-estrutura ... a ... auto-suficiente ... dilapidadas ... incidiioso ... à
- (D) vêem ... infra-estrutura ... as ... auto-suficiente ... dilapidadas ... incidiioso ... a
- (E) vêm ... infraestrutura ... às ... autossuficiente ... dilapidadas ... insidioso ... à

38. Do ponto de vista do governo envolvido na implementação de uma política pública, a formação da agenda refere-se a
- (A) conjunto de problemas ou temas que vão merecer uma intervenção pública.
  - (B) avaliação das ações que foram tomadas no passado e que não foram resolvidas.
  - (C) redimensionamento dos indicadores de gestão das políticas públicas em curso.
  - (D) avaliação dos pontos fortes e fracos das políticas existentes e forma de maximizar os fortes e minimizar os fracos.
  - (E) controle de qualidade das ações voltadas à gestão das políticas públicas em implementação.
39. Diz-se que o processo de elaboração e execução das políticas públicas (*outputs*) resultam do processamento, pelo sistema político, dos *inputs* originários do meio ambiente e de *withinputs* (demandas originadas no interior do próprio sistema político). Essa visão de todo o processo está sustentada pela abordagem
- (A) estruturalista.
  - (B) sistêmica.
  - (C) burocrática.
  - (D) funcionalista.
  - (E) neoclássica.
40. No Ciclo PDCA sobre controle de processo, e de plano, a fase que estabelece as metas sobre os itens de controle e também a maneira para atingir as metas, bem como o estabelecimento de padrões é:
- (A) *Do*.
  - (B) *Action*.
  - (C) *Check*.
  - (D) *Feedback*.
  - (E) *Plan*.
41. Aparecida Maria é técnica da área de monitoramento de políticas públicas do Ministério da Ação Social. Recebeu a incumbência de verificar em todos os projetos qual seria a medida do grau de atendimento dos objetivos que orientaram a constituição de todos os Programas, tendo como referência os seus impactos na sociedade. Essa avaliação se refere ao aspecto de
- (A) objetividade.
  - (B) efetividade.
  - (C) eficácia.
  - (D) economia.
  - (E) execução.

42. O objetivo principal da auditoria de demonstrações contábeis é
- (A) garantir legalmente que as demonstrações contábeis refletem fielmente os fatos e atos da administração por elas sumarizados. Isso é alcançado mediante a aplicação de procedimentos de auditoria voltados à identificação de fraudes e erros.
  - (B) identificar por meio das demonstrações contábeis eventuais fraudes ou casos de corrupção pública ou privada que possam por em risco o patrimônio da entidade. Isso é alcançado por meio da elaboração de relatório detalhado de auditoria, com identificação de operações suspeitas.
  - (C) auxiliar a administração na apuração dos saldos de encerramento das contas contábeis, validando de forma prévia os procedimentos, metodologias e interpretações das normas técnicas adotadas pelos órgãos de governança da entidade ao longo do exercício financeiro.
  - (D) servir de instrumento qualificado auxiliar na formação de opinião acerca da existência ou inexistência de fato concernente ao patrimônio de uma entidade. Isso é alcançado por meio da elaboração de laudo pericial ou parecer técnico pericial de auditoria.
  - (E) aumentar o grau de confiança nas demonstrações contábeis por parte dos usuários. Isso é alcançado mediante a expressão de uma opinião pelo auditor sobre se as demonstrações contábeis foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, em conformidade com uma estrutura de relatório financeiro aplicável.
43. Assinale a alternativa que apresenta a definição correta.
- (A) Ceticismo profissional: aplicação do treinamento, conhecimento e experiência relevantes, dentro do contexto fornecido pelas normas de auditoria, contábeis e éticas, na tomada de decisões informadas.
  - (B) Risco inerente: risco de que uma distorção que possa ocorrer em uma afirmação sobre uma classe de transação e que possa ser relevante não seja prevenida, detectada e corrigida tempestivamente pelo controle interno da entidade.
  - (C) Asseguração razoável: no contexto da auditoria de demonstrações contábeis, é um nível alto, mas não absoluto, de segurança.
  - (D) Crítica de auditoria: postura que inclui uma mente questionadora e alerta para condições que possam indicar possível distorção devido a erro ou fraude e uma avaliação crítica das evidências de auditoria.
  - (E) Responsável de auditoria: a pessoa ou organização com a responsabilidade de supervisionar de forma geral a direção estratégica da entidade e obrigações relacionadas com a responsabilidade da entidade.

- 44.** A respeito da execução do trabalho do auditor, é correto afirmar que
- (A) o conceito de materialidade não é determinante no planejamento e na execução da auditoria, pois toda distorção identificada merece o mesmo nível de atenção.
  - (B) as distorções identificadas são presumidamente consideradas relevantes até prova em contrário, não se podendo dizer o mesmo a respeito de eventuais omissões.
  - (C) julgamentos sobre a relevância de uma informação são estabelecidos levando-se em consideração a exigência legal, não podendo o auditor considerar material distorção não ligada a elemento obrigatório das demonstrações segundo a lei.
  - (D) a opinião do auditor considera as demonstrações contábeis como um todo e, portanto, o auditor não é responsável pela detecção de distorções que não sejam relevantes para as demonstrações contábeis como um todo.
  - (E) as normas técnicas exigem que o auditor exerça o julgamento profissional e mantenha a confiança profissional na administração da entidade auditada ao longo de todo o planejamento e na execução da auditoria.
- 45.** A respeito dos procedimentos de auditoria e dos poderes do auditor independente, é correto afirmar que
- (A) o auditor não é treinado nem obrigado a ser especialista na verificação de autenticidade de documentos, o que pode influenciar na sua capacidade de identificação de eventuais fraudes sofisticadas no âmbito da entidade auditada.
  - (B) o auditor independente possui poderes legais específicos, tais como o poder de busca, que podem ser necessários para a investigação de fatos delituosos no âmbito da entidade auditada.
  - (C) caso a administração não forneça, intencionalmente, as informações completas que são relevantes para a elaboração das demonstrações contábeis, o auditor deverá adotar as medidas judiciais cabíveis para concluir com segurança o trabalho de auditoria.
  - (D) a dificuldade, falta de tempo ou custo envolvido são, por si só, base válida para que o auditor omita um procedimento de auditoria para o qual não há alternativa ou que deva ser satisfeito com evidências de auditoria menos persuasivas.
  - (E) o trabalho de auditoria pressupõe ser obrigação do auditor tratar de todas as informações que possam existir ou tratar cada assunto exhaustivamente com base na premissa de que as informações são erradas ou fraudulentas até prova em contrário.
- 46.** Após a data de aprovação das demonstrações contábeis, mas antes da data de divulgação destas demonstrações, chegaram ao conhecimento do auditor independente fatos que, no seu entendimento, deverão ser adequadamente divulgados nas demonstrações contábeis, o que irá requerer ajustes nas demonstrações auditadas anteriormente. Caso o relatório de auditoria já tivesse sido entregue pelo auditor antes de vir ao seu conhecimento esses fatos e a administração se recuse à rerepresentação das demonstrações com as modificações necessárias, é correto afirmar que o auditor deverá
- (A) emitir novo parecer e publicar, por sua própria iniciativa, em jornal de grande circulação, alertando para a ineficácia do parecer anterior em face dos novos fatos.
  - (B) notificar a administração e os responsáveis pela governança da entidade auditada, para que não divulguem as demonstrações contábeis a terceiros antes de serem feitas as alterações necessárias.
  - (C) manter-se inerte, uma vez que a sua responsabilidade profissional se esgota com a entrega do parecer de auditoria e se limita às informações conhecidas até a data de conclusão do parecer.
  - (D) emitir novo parecer restrito à mudança realizada e diligenciar para que as demonstrações contábeis sejam divulgadas aos usuários externos com ambos os pareceres de auditoria.
  - (E) apenas obter por escrito a recusa da administração, uma vez que a responsabilidade pelas demonstrações contábeis é exclusivamente da entidade, não cabendo ao auditor impor exigências decorrentes de eventos subsequentes.

47. A definição de Propriedade para investimento, conforme pronunciamento técnico contábil é:

- (A) a propriedade (terreno ou edifício – ou parte de edifício – ou ambos) mantida (pelo proprietário ou pelo arrendatário como ativo de direito de uso) para auferir aluguel ou para valorização do capital ou para ambas e, não, para uso na produção ou fornecimento de bens ou serviços ou para finalidades administrativas; ou venda no curso ordinário do negócio.
- (B) a propriedade destinada à venda no decurso ordinário das atividades ou em vias de construção ou desenvolvimento para tal venda, como, por exemplo, propriedade adquirida exclusivamente com vista à alienação subsequente no futuro próximo ou para desenvolvimento e revenda.
- (C) a propriedade ocupada pelo proprietário, incluindo (entre outras coisas) propriedade mantida para uso futuro como propriedade ocupada pelo proprietário, propriedade mantida para desenvolvimento futuro e uso subsequente como propriedade ocupada pelo proprietário, propriedade ocupada por empregados (paguem ou não aluguéis a taxas de mercado) e propriedade ocupada pelo proprietário ao aguardo de alienação.
- (D) a propriedade que é arrendada a outra entidade sob arrendamento financeiro, cujo objetivo não é agregá-lo aos investimentos para ganho de capital.
- (E) bens destinados à alienação ou mesmo ao arrendamento mercantil operacional, cujo valor será ajustado a valor de mercado ou ao valor em uso.

48. Um evento não planejado ou de outros não esperados que dão origem à possibilidade de entrada de benefícios econômicos para a entidade, como é o caso de uma reivindicação que a entidade esteja reclamando por meio de processos legais, em que o desfecho seja incerto, é denominado de:

- (A) Provisão.
- (B) Passivo contingente.
- (C) Ativo contingente.
- (D) Contas a pagar.
- (E) Contas a receber.

Balancete de verificação em 31.12.2022:

Descrição da conta	Reais
Caixa	30.000
Equivalentes de Caixa	105.000
Contas a receber	180.000
Estoques	–
Despesas antecipadas	45.000
Máquinas e equipamentos	750.000
Depreciação de máquinas e equipamentos	150.000
Financiamento a longo prazo	600.000
Capital	240.000
Reservas de lucros	90.000
Vendas líquidas	900.000
CMV	810.000
Despesas administrativas	–
Despesas de salários	90.000
Despesas financeiras	15.000
Receitas financeiras	45.000

O contador da Estrela Dalva está procedendo ao fechamento do balancete do referido exercício, no entanto, necessita ainda incluir alguns lançamentos contábeis, sendo:

- 1) Depreciação do imobilizado e 10% sobre o valor de custo dos bens e será reconhecido como despesas administrativas.
- 2) Dos seguros pagos antecipadamente, 2/3 (dois terços) do saldo da conta é despesa administrativa do exercício.
- 3) O total de receita de juros do exercício deveria ser de R\$ 75.000, já recebidos.
- 4) Os juros sobre o financiamento a longo prazo a ser reconhecido ainda no exercício de 2022 montam a R\$ 30.000.
- 5) Houve uma devolução de vendas da ordem de R\$ 90.000, cujo CMV foi de R\$ 60.000. A empresa restituiu o cliente a vista, por intermédio de transferência bancária.

Trata-se de transações hipotéticas, portanto, não há valores de impostos.

49. O resultado do exercício, em Reais, foi:

- (A) 95.000.
- (B) (95.000).
- (C) 105.000.
- (D) (105.000).
- (E) 125.000.

50. O valor dos estoques remanescentes é

- (A) 30.000.
- (B) 38.000.
- (C) 45.000.
- (D) 57.000.
- (E) 60.000.

## ORÇAMENTO PÚBLICO

51. O Orçamento Público, representado em Lei Orçamentária Anual, LOA, pode ser bem conceituado como:
- (A) conjunto de valores para o equilíbrio da situação líquida do tesouro público.
  - (B) alocação de receitas e despesas para atender as despesas de capital.
  - (C) meio de previsões de valores em função do comportamento da economia.
  - (D) demonstração das intenções de governantes nos atendimentos prioritizados.
  - (E) instrumento com previsibilidades e limites com vistas ao equilíbrio fiscal.
52. Em conformidade com a Lei nº 4.320/1964, assinale a alternativa que corresponde de forma fiel à descrição do princípio orçamentário.
- (A) Orçamento bruto: determina que os valores devem ser apresentados sem duplicidades.
  - (B) Não afetação das receitas: veda a vinculação de arrecadação à determinada atividade econômica.
  - (C) Exclusividade: estabelece que os valores do orçamento representam autorizações financeiras.
  - (D) Unidade: impõe a cada ente federado a apresentação de orçamento individualizado.
  - (E) Universalidade: condiciona os fundos, as movimentações de valores e a tributação ao exercício.
53. A elaboração do orçamento obedece a leis, normas e orientações técnicas. A elaboração da proposta cabe ao Poder Executivo. Há determinados núcleos ou agrupamentos, pertencentes à administração direta e indireta, que detalham a proposta em atividades e projetos. Tais núcleos ou agrupamentos são esses denominados na forma legal como:
- (A) unidades de despesas.
  - (B) centros de custos.
  - (C) unidades orçamentárias.
  - (D) centros de despesas.
  - (E) centros orçamentários.
54. A execução do orçamento, enquanto programação financeira e cronograma mensal de desembolso, expressos na Lei nº 4.320/64 e na Lei Complementar nº 101/00, poderá ser limitada quando
- (A) ameaçar o cumprimento de metas.
  - (B) julgar necessário o mandatário.
  - (C) estiver previsto em orçamento.
  - (D) determinar o tribunal de contas.
  - (E) houver previsão de renúncia fiscal.

55. O controle e a avaliação da execução orçamentária vale-se, além dos preceitos legais, de responsáveis para exercer as funções correlacionadas. Para bem atender a esse objetivo há o amparo do sistema de controle interno. Tal sistema deverá

- (A) fiscalizar o uso dos recursos públicos, punir eventuais erros, omissões ou malversações, sempre que comprovados.
- (B) ser amplo e integrado para evitar riscos, bem orientar quanto a legalidade dos atos e fornecer dados e informações ao controle externo.
- (C) mapear riscos, promover exame de documentação, conferir cálculos e, se necessário, dar início a processos administrativos.
- (D) averiguar, sempre que motivado, responsabilidades e ações de agentes no exercício de suas atividades.
- (E) estar centralizado em unidade administrativa específica para tal finalidade e contar com quadro técnico necessário e atuante.

## CONTABILIDADE PÚBLICA

56. Assinale a alternativa que contém o registro contábil sob a ótica patrimonial do recebimento de dívida ativa no valor de R\$ 2.356.000,00 em dinheiro.
- (A) D: Caixa e Equivalentes de Caixa – 2.356.000,00.  
C: Créditos de Longo Prazo – 2.356.000,00.
  - (B) D: Receita a realizar – 2.356.000,00.  
C: Receita realizada – 2.356.000,00.
  - (C) D: Controle da Disponibilidade de Recursos – 2.356.000,00.  
C: Disponibilidade por Destinação de Recursos – 2.356.000,00.
  - (D) D: Caixa e Equivalentes de Caixa – 2.356.000,00.  
C: Receita Realizada – 2.356.000,00.
  - (E) D: Perda Estimada de Crédito de Liquidação Duvidosa – 2.356.000,00.  
C: Receita Realizada – 2.356.000,00.
57. Conforme as Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas ao Setor Público, os elementos correspondem às estruturas básicas a partir das quais as demonstrações contábeis são elaboradas. Assinale a alternativa que contém somente elementos das demonstrações contábeis.
- (A) Ativo e Representação Fidedigna.
  - (B) Bancos e Tempestividade.
  - (C) Distribuição aos proprietários e Confiabilidade.
  - (D) Receita e Relevância.
  - (E) Variação Patrimonial Aumentativa e Variação Patrimonial Diminutiva.

58. É correto afirmar, com base na Constituição Federal, sobre as normas de fiscalização contábil, financeira e orçamentária que
- (A) prestará contas qualquer pessoa física que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores pelos quais a União, os Estados e o Distrito Federal, ou os Municípios respondam, mas não as pessoas jurídicas de natureza privada que, em nome desses entes, assumam obrigações de natureza pecuniária.
  - (B) compete ao Congresso Nacional apreciar as contas prestadas anualmente pelo Presidente da República, mediante parecer prévio que deverá ser elaborado em sessenta dias a contar de seu recebimento.
  - (C) compete ao Tribunal de Contas aplicar aos responsáveis, em caso de ilegalidade de despesa ou irregularidade de contas, as sanções previstas em lei, que estabelecerá, entre outras cominações, multa proporcional ao dano causado ao erário.
  - (D) compete ao Tribunal de Contas sustar a eficácia de contrato administrativo assinado por qualquer Poder, em caso de impugnação de sua validade.
  - (E) cabe ao Tribunal de Contas de cada ente estatal a função de auditoria interna das entidades da Administração Direta e Indireta, inclusive empresas públicas e sociedades de economia mista.
59. Sobre as decisões do Tribunal de Contas, é correto afirmar com base na Constituição Federal que
- (A) as decisões do Tribunal de que resulte imputação de débito ou multa terão eficácia de título executivo.
  - (B) deverão ser previamente homologadas pela Comissão Permanente de Fiscalização do Congresso Nacional.
  - (C) são definitivas, não podendo ser questionadas por meio de ação apresentada ao Poder Judiciário.
  - (D) terão caráter orientativo e pedagógico, apenas podendo resultar em aplicação de sanção em caso de reincidência ou dolo grave.
  - (E) serão tomadas monocraticamente por cada um dos Conselheiros, a quem caberá, por sorteio, a análise de representação apresentada ao Tribunal.
60. Com base na Lei nº 9.167/1980, é correto afirmar que as representações dirigidas ao Tribunal de Contas serão arquivadas quando
- (A) forem formuladas por pessoa física.
  - (B) forem apresentadas por pessoa jurídica contratada pela Administração Municipal.
  - (C) não descreverem minuciosamente as supostas irregularidades, o seu enquadramento legal e a totalidade dos agentes envolvidos.
  - (D) revelarem espírito de mera emulação.
  - (E) descreverem irregularidade equivalente a crime contra a administração pública.

61. Conforme diretriz estabelecida na Declaração de Lima (Intosai), os relatórios da Entidade Fiscalizadora Superior
- (A) deverão em regra ter a sua publicidade restrita, dando-se conhecimento exclusivamente às organizações auditadas e aos demais órgãos de controle.
  - (B) deverão ser redigidos em uma linguagem técnica e precisa ainda que possa dificultar a compreensão do público em geral.
  - (C) apresentarão os fatos e sua avaliação de uma maneira objetiva, clara e restrita aos elementos essenciais.
  - (D) deverão desconsiderar os pontos de vista das organizações auditadas sobre os achados, considerando a necessidade de isenção e imparcialidade do relato.
  - (E) não se confundem com os relatórios de fiscalização que podem e devem regularmente ser elaborados pelos Tribunais de Contas no Brasil.

**DIREITO CONSTITUCIONAL**

62. A Constituição Federal, ao tratar “Dos Orçamentos”, estabelece que
- (A) a lei orçamentária anual compreenderá, entre outros, o orçamento fiscal referente aos Poderes da União, dos Estados e do Distrito Federal, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, excluídas as fundações instituídas e mantidas pelo poder público.
  - (B) a União organizará e manterá registro centralizado de projetos de investimento contendo, por Estado ou Distrito Federal, e por Município, pelo menos, análises de viabilidade, estimativas de custos e informações sobre a execução física e financeira.
  - (C) a lei de diretrizes orçamentárias compreenderá as metas e prioridades da administração pública federal, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, orientará a elaboração da lei orçamentária anual, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.
  - (D) a lei orçamentária anual não conterá dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, incluindo nessa proibição a autorização para abertura de créditos suplementares e contratação de operações de crédito, ainda que por antecipação de receita, nos termos da lei.
  - (E) a administração tem o dever de executar as programações orçamentárias, adotando os meios e as medidas necessários, com o propósito de garantir a efetiva entrega de bens e serviços à sociedade, e isso se aplica, igualmente, nos casos de impedimentos de ordem técnica devidamente justificados.



**63.** Na fiscalização contábil, financeira e orçamentária, o Tribunal de Contas da União desempenha papel constitucionalmente estabelecido, que se aplica, no que couber, às esferas estadual, distrital e municipal. Dentre as funções desempenhadas pelos Tribunais de Contas, de acordo com a doutrina e a jurisprudência, é correto afirmar que a

- (A) consultiva é aquela exercida ao emitir parecer prévio sobre as contas prestadas anualmente pelo Chefe do Poder Executivo, e na esfera municipal o parecer só deixará de prevalecer por decisão da maioria relativa dos membros da respectiva Câmara Municipal.
- (B) fiscalizatória abrange, entre outras, apreciar, para fins de registro, a legalidade dos atos de admissão de pessoal, a qualquer título, na administração direta, incluídas as nomeações para cargo em comissão, bem como das concessões de aposentadorias, excluídas a administração indireta e as melhorias posteriores que não alterem o fundamento legal do ato concessório.
- (C) informativa compreende a prestação de informações ao parlamento ou a qualquer uma de suas casas ou comissões sobre a fiscalização contábil, financeira e orçamentária, não abrangendo a fiscalização operacional e patrimonial, e excluindo os resultados de auditorias e inspeções realizadas.
- (D) sancionatória aplica aos responsáveis, nos casos de ilegalidade da despesa ou irregularidade nas contas, as sanções previstas em lei, sem atribuir qualidade de título executivo às decisões que condenem os responsáveis em débito ou lhes aplique multa.
- (E) judicante compreende o julgamento das contas dos administradores e demais responsáveis por bens, dinheiros e valores públicos da administração direta e indireta, incluídas as fundações e sociedades instituídas e mantidas pelo Poder Público federal, e daqueles que derem causa à perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte prejuízo ao erário.

**64.** A respeito das parcerias público-privadas, assinale a alternativa correta, com base na Lei nº 11.079/2004.

- (A) As concessões patrocinadas envolvem adicionalmente à tarifa cobrada dos usuários contraprestação pecuniária do parceiro público ao parceiro privado, a qual deverá constituir no máximo 70% da remuneração do parceiro privado.
- (B) Os contratos de parcerias público-privadas deverão prever a repartição de riscos entre as partes, exceto os referentes a caso fortuito, força maior, fato príncipe e álea econômica extraordinária.
- (C) Concessão administrativa é o contrato de prestação de serviço de que a Administração Pública seja a usuária direta ou indireta e pode envolver a execução de obra pública, desde que esta não seja seu único objeto.
- (D) É possível que se exija do parceiro público a prestação de garantia das suas obrigações pecuniárias desde que por meio dos instrumentos taxativamente previstos na Lei nº 11.079/04.
- (E) As controvérsias decorrentes dos contratos de parceria público-privada não poderão ser resolvidas por meio de arbitragem ou outro meio privado de resolução de disputas.

**65.** Assinale a alternativa correta a respeito do regime jurídico dos servidores públicos.

- (A) São estáveis após três anos de efetivo exercício os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público, a partir de quando somente poderão perder o cargo em caso de sentença judicial transitada em julgado ou de processo administrativo em que lhe seja assegurada ampla defesa.
- (B) O servidor público investido em mandato de Prefeito será necessariamente afastado cargo, hipótese em que poderá optar pela sua remuneração e terá seu tempo de serviço contado para todos os efeitos legais, exceto para promoção por merecimento.
- (C) A fixação dos padrões de vencimento e dos demais componentes do sistema remuneratório dos servidores públicos observará a natureza, o grau de responsabilidade e a complexidade dos cargos componentes de cada carreira, os requisitos para a investidura e as peculiaridades dos cargos, sendo vedada a remuneração dos servidores públicos organizados em carreira exclusivamente por subsídio fixado em parcela única.
- (D) Será permitida a acumulação remunerada de cargos públicos, quando houver compatibilidade de horários, desde que se trate, necessariamente, de dois cargos de professor; de um cargo de professor com outro técnico ou científico; ou de dois cargos privativos de médico.
- (E) É permitida a incorporação de vantagens vinculadas ao exercício de função de confiança ou de cargo em comissão à remuneração do cargo efetivo desde que em caráter temporário.

66. A respeito do pregão, é correto afirmar que
- (A) poderá utilizar como critério de julgamento o tipo “menor preço” ou “técnica e preço”.
  - (B) poderá ser utilizado para a aquisição de bens e serviços comuns, bem como a execução de obras de menor valor.
  - (C) declarado o vencedor, os licitantes terão o prazo de 10 (dez) dias para manifestar a intenção de recorrer.
  - (D) a Administração Pública não poderá exigir a garantia da proposta ou o pagamento de quaisquer taxas e emolumentos.
  - (E) não prevê limitação de valor para a aquisição de quaisquer bens e serviços comuns.

67. Leia o caso a seguir e assinale a alternativa correta.

O Município XYZ foi atingido por fortes chuvas em uma noite do mês de janeiro. A emergência constatada provocou a interrupção dos serviços de iluminação pública e de ônibus municipais por 10 horas para a realização dos reparos técnicos necessários para a segurança das instalações e dos usuários. Em razão dos prejuízos financeiros sofridos pelos concessionários do serviço de transporte, o Poder Público resolveu aumentar em R\$ 5,00 (cinco reais) o valor da passagem de ônibus. O aumento provocou protestos dos munícipes, que contaram com o apoio de algumas categorias de servidores públicos, como policiais militares, motoristas e cobradores, que resolveram entrar em greve e reivindicar aumentos salariais e melhores condições de trabalho.

- (A) Os serviços de iluminação pública e transporte não poderiam ter sido paralisados, pois, por se tratarem de serviços essenciais, era necessária a prévia comunicação do usuário.
- (B) O movimento grevista foi legítimo, pois é assegurado pela Constituição o direito de greve aos servidores públicos nos termos e nos limites definidos em lei específica.
- (C) Não havia qualquer impedimento legal para o aumento das passagens, visto que os contratos de concessão podem prever mecanismos de revisão das tarifas, a fim de manter-se o equilíbrio econômico-financeiro.
- (D) O aumento da tarifa, no caso descrito, viola o princípio da continuidade do serviço público, pois impede que as camadas mais humildes da população tenham acesso ao serviço de transporte pelo alto custo.
- (E) A iluminação pública, por se tratar de serviço *uti universi*, é remunerada por meio de impostos e contribuições, diferentemente do serviço de transporte, classificado como *uti singuli*.

68. De acordo com a Lei nº 8.987/95, assinale a alternativa correta a respeito da extinção das concessões públicas.

- (A) A encampação consiste na retomada do serviço pelo Poder Concedente durante o prazo de concessão por motivo de interesse público, razão pela qual se dispensa prévia lei autorizativa.
- (B) Em caso de inadimplência do Poder Concedente, a concessionária poderá requerer a extinção da concessão, o que fará necessariamente pela via judicial, somente se autorizando a interrupção dos serviços após o trânsito em julgado.
- (C) Em caso de inadimplência da concessionária, o poder concedente poderá extinguir o contrato de concessão imediatamente, haja vista o interesse público subjacente à continuidade da prestação do serviço.
- (D) A caducidade é forma de extinção do contrato de concessão durante a sua vigência, por força da inexecução do ajuste por qualquer das partes.
- (E) A incapacidade do titular da empresa concessionária, no caso de empresa individual, não é causa de extinção da concessão.

#### DIREITO PENAL

69. Funcionário público que deixa de praticar, indevidamente, ato de ofício, para satisfazer interesse ou sentimento pessoal

- (A) pratica crime de prevaricação.
- (B) pratica crime de corrupção ativa.
- (C) pratica crime de corrupção passiva.
- (D) apenas pratica crime caso seja financeiramente beneficiado com a omissão.
- (E) não pratica crime, apenas infração administrativa.

70. Assinale a alternativa correta no contexto dos crimes contra as finanças públicas.

- (A) Configura o crime de “prestação de garantia graciosa” prestar garantia em operação de crédito, ainda que tenha sido constituída contragarantia em valor igual ou superior ao valor da garantia prestada.
- (B) O crime de “aumento de despesa total com pessoal no último ano do mandato ou legislatura” caracteriza-se mediante a execução de ato que acarrete aumento de despesa total com pessoal, no ano final do mandato ou da legislatura.
- (C) Caracteriza o crime de “inscrição de despesas não empenhadas em restos a pagar” ordenar ou autorizar a inscrição em restos a pagar, de despesa que não tenha sido previamente empenhada ou que exceda limite estabelecido em lei.
- (D) Desde que os títulos estejam registrados em sistema centralizado de liquidação e custódia, o crime de “oferta pública ou colocação de títulos no mercado” não se caracteriza, mesmo se os títulos tiverem sido criados por ato normativo que não a lei em sentido estrito.
- (E) O crime de “assunção de obrigação no último ano do mandato ou legislatura” configura-se quando autorizada a assunção de obrigação nos dois últimos quadrimestres do último ano do mandato ou legislatura, cuja despesa não possa ser paga no mesmo exercício financeiro, independentemente de a parcela a ser paga no exercício seguinte ter contrapartida suficiente de disponibilidade de caixa.

## CONHECIMENTOS ESPECIALIZADOS

### TEORIA GERAL DO PROCESSO

71. José solicitou ao juiz a expedição de certidão de dispositivo da sentença do processo judicial do divórcio de Paulo, alegando ser credor deste. Pode-se corretamente afirmar que:
- (A) o processo judicial de divórcio é público, razão pela qual o pedido deve ser deferido.
  - (B) o pedido de José não pode ser atendido, pois o processo judicial de divórcio corre em segredo de justiça, não podendo, salvo para os familiares das partes, serem expedidas certidões.
  - (C) se José comprovar interesse jurídico, por ser credor de Paulo, pode ter seu pedido atendido.
  - (D) deve o juiz previamente ouvir Paulo, pois somente com a concordância deste o pedido de José pode ser atendido.
  - (E) deve o pedido ser indeferido, tendo em vista que o processo pode ser acessado de forma eletrônica pelo *site* do Tribunal, mediante prévio cadastro.
72. A única advogada que patrocinava a causa representando uma das partes da relação processual obteve a concessão de adoção de uma criança. Em razão disso, requereu a suspensão do processo em que atuava, apresentando termo judicial de concessão da adoção e prova da notificação do seu cliente. O juiz deverá
- (A) indeferir o pedido, tendo em vista que não há amparo legal a ele, devendo a advogada, se desejar e tiver poderes para tanto, substabelecer o seu mandato.
  - (B) suspender o processo por 30 trinta dias, contados da data de concessão por adoção, tendo em vista que o pedido de suspensão atendeu aos requisitos legais.
  - (C) ouvir a outra parte da relação processual e, caso esta concorde, poderá suspender o processo por até 60 dias.
  - (D) exigir da advogada a prova acerca da impossibilidade de continuar o patrocínio da causa, podendo suspender o processo por até 15 dias.
  - (E) intimar pessoalmente a parte para que constitua novo advogado, sob pena de extinção do feito sem julgamento do mérito por defeito de representação.

- 73.** A técnica do julgamento ampliado aplica-se ao julgamento não unânime
- (A) do agravo de instrumento, quando houver reforma da decisão que julgar parcialmente o mérito.
  - (B) proferido, nos tribunais, pelo plenário ou pela corte especial.
  - (C) da remessa necessária.
  - (D) do incidente de assunção de competência e ao de resolução de demandas repetitivas.
  - (E) da ação rescisória, quando o resultado for a manutenção da sentença, devendo, nesse caso, seu prosseguimento ocorrer em órgão de maior composição previsto no regimento interno.
- 74.** A carta expedida pelo tribunal para juízo a ele vinculado, para a realização de ato fora dos limites territoriais do local de sua sede denomina-se
- (A) carta precatória.
  - (B) carta de ordem.
  - (C) carta rogatória.
  - (D) carta arbitral.
  - (E) carta registrada.
- 75.** Acerca dos prazos, pode-se corretamente afirmar que:
- (A) quando a lei for omissa, o juiz determinará os prazos, em período não superior a 30 dias, em consideração ao número de litigantes e tempo provável de duração do processo.
  - (B) quando a lei ou o juiz não determinar prazo, as intimações somente obrigarão a comparecimento após decorridas 24 (vinte e quatro) horas.
  - (C) inexistindo preceito legal ou prazo determinado pelo juiz, será de 8 (oito) dias o prazo para a prática de ato processual a cargo da parte.
  - (D) será considerado tempestivo o ato praticado antes do termo inicial do prazo.
  - (E) na contagem, em dias, de prazo processual ou de direito material estabelecido por lei ou pelo juiz, computar-se-ão somente os dias úteis.
- 76.** Tendo em vista o que dispõe a Lei nº 9.784/1999 (Lei Nacional de Processo Administrativo), assinale a alternativa correta acerca da delegação de competência.
- (A) É vedada a delegação de competência dos órgãos colegiados aos respectivos presidentes.
  - (B) A delegação somente pode ser realizada a agente ou órgão hierarquicamente subordinado à autoridade delegante.
  - (C) A competência para a edição de atos normativos pode ser delegada, desde que sejam previamente especificados, no ato de delegação, as matérias e poderes transferidos.
  - (D) O ato de delegação é revogável a qualquer tempo pela autoridade delegante, salvo nas hipóteses de delegação por prazo determinado.
  - (E) As decisões adotadas por delegação devem mencionar explicitamente esta qualidade e considerar-se-ão editadas pelo delegado.
- 77.** Foi instaurado um processo administrativo. José, um dos servidores que foram nomeados para participar do referido processo é casado com a sobrinha do perito nomeado. Acerca do caso hipotético, tendo em vista o que dispõe a Lei nº 9.784/1999, pode-se corretamente afirmar que:
- (A) não há suspeição ou impedimento à participação de José no referido processo, tendo em vista o grau de parentesco entre José e o perito.
  - (B) há suspeição e José somente poderá participar do processo se assinar termo de ajustamento de conduta, comprometendo-se a atuar de forma imparcial e isenta.
  - (C) José deve comunicar o fato à autoridade competente, abstendo-se de atuar.
  - (D) qualquer interessado poderá alegar a suspeição de José e o indeferimento da alegação poderá ser objeto de recurso, sem efeito suspensivo.
  - (E) se José se omitir de comunicar o fato à autoridade competente, incorrerá em falta média, para efeitos disciplinares.

- 78.** Sobre os recursos administrativos, conforme dispõe a Lei nº 9.784/1999 (Lei Nacional de Processo Administrativo), assinale a alternativa correta.
- (A) O recurso será dirigido à autoridade que proferiu a decisão, a qual, se não a reconsiderar no prazo de quinze dias, o encaminhará à autoridade superior.
  - (B) O recurso administrativo tramitará no máximo por duas instâncias administrativas, salvo disposição legal diversa.
  - (C) Salvo disposição legal específica, é de quinze dias o prazo para interposição de recurso administrativo, contado a partir da ciência ou divulgação oficial da decisão recorrida.
  - (D) Quando a lei não fixar prazo diferente, o recurso administrativo deverá ser decidido no prazo máximo de trinta dias, a partir do recebimento dos autos pelo órgão competente.
  - (E) O recurso interpõe-se por meio de requerimento no qual o recorrente deverá expor os fundamentos do pedido de reexame, vedada a juntada de novos documentos.
- 79.** Tendo em vista a disciplina constante da Lei nº 9.784/1999, assinale a alternativa correta sobre as intimações.
- (A) A intimação observará a antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas quanto à data de comparecimento.
  - (B) A intimação, em regra, deve ser feita por meio de publicação oficial, tendo em vista a presunção de ciência e eficácia dos atos publicados, vedado o uso de via postal com aviso de recebimento e do telegrama.
  - (C) As intimações serão nulas quando feitas sem observância das prescrições legais e o comparecimento do administrado não supre sua falta ou irregularidade.
  - (D) O desatendimento da intimação não importa o reconhecimento da verdade dos fatos, nem a renúncia a direito pelo administrado.
  - (E) Devem ser objeto de intimação todos os atos do processo, mesmo que não resultem para o interessado em imposição de deveres, ônus, sanções ou restrição ao exercício de direitos e atividades e os atos de outra natureza, de seu interesse.
- 80.** Assinale a alternativa correta, de acordo com a disciplina da Lei Municipal nº 14.141/2006 sobre os pedidos de vista e retirada de processos administrativos.
- (A) É vedada a concessão de vista a terceiro, não figurante no processo administrativo, salvo se apresentada prova da necessidade de seu conhecimento para a defesa de interesse difuso ou coletivo.
  - (B) A vista será permitida a advogado independentemente da apresentação de instrumento de procuração, exceto se a matéria estiver sujeita a sigilo, desde que comprove sua condição mediante a exibição do documento de identidade profissional.
  - (C) A vista dar-se-á sob controle de servidor municipal na própria unidade onde se encontrar o processo administrativo, podendo o interessado tomar apontamentos, vedada a obtenção de cópias.
  - (D) Poderá ser autorizada a retirada de autos de processo administrativo da unidade nas hipóteses e prazos fixados em lei para manifestação da parte, por advogado, dispensada a comprovação de poderes especiais para representá-la.
  - (E) Na ausência de prazo específico, a retirada será autorizada pelo prazo de 5 (cinco) dias corridos, admitida uma única prorrogação por igual prazo.
- 81.** Acerca da anulação de atos do ato administrativo, conforme disciplina da Lei Municipal nº 14.141/2006, pode-se corretamente afirmar que:
- (A) a anulação pode ser decorrente de ilegalidade ou de decisão discricionária por razões de conveniência e oportunidade, devendo ser realizada no âmbito de um processo administrativo.
  - (B) os atos passíveis de convalidação podem ser anulados, mediante justificativa, tendo em vista o princípio da legalidade administrativa.
  - (C) a autoridade proferirá, nos processos de anulação, no prazo de até 15 (quinze) dias, contados do recebimento do processo, despacho final sobre o pedido, que deverá ser publicado no Diário Oficial da Cidade.
  - (D) concluída a instrução, os interessados serão intimados para apresentar suas razões finais no prazo de 5 (cinco) dias, e da decisão caberá apenas dois recursos.
  - (E) quando houver terceiros interessados, a autoridade determinará sua intimação, para manifestar-se a respeito no prazo de 15 (quinze) dias.

82. Sobre os prazos, conforme a Lei Municipal nº 14.141/2006, pode-se corretamente afirmar que:

- (A) contam-se os prazos a partir da data da publicação do despacho no D.O.M., incluindo-se o dia do início e excluindo-se o do fim.
- (B) considera-se prorrogado o prazo até o primeiro dia útil seguinte se o vencimento cair em dia em que não houver expediente normal
- (C) os prazos deverão ser expressos em dias úteis e contados de forma contínua.
- (D) os prazos podem ser suspensos por acordo das partes da relação jurídica processual administrativa, mediante homologação da autoridade competente.
- (E) tendo em vista a vedação expressa de prorrogação de prazos e suspensão de processos, pode-se afirmar que a legislação municipal adota, no processo administrativo, apenas prazos peremptórios e decadenciais.

### REDAÇÃO OFICIAL

83. De acordo com o *Manual de Redação da Presidência da República*, caracteriza-se uma relação de emissor e destinatário da redação oficial uma comunicação entre, respectivamente:

- (A) instituição privada e cidadão comum.
- (B) instituição privada e instituição privada.
- (C) cidadão comum e instituição pública ou privada.
- (D) serviço público e instituição privada ou pública.
- (E) serviço público e organismos internacionais.

84. Leia o texto.

Senhora Senadora,  
Os gabinetes do segundo andar serão dedetizados na próxima segunda-feira. Como \_\_\_\_\_ foi \_\_\_\_\_ previamente, os gabinetes do terceiro andar estarão disponíveis, e encaminhamos planilha para que escolha aquele que atender melhor às \_\_\_\_\_ necessidades.

Em conformidade com o que preceitua o *Manual de Redação da Presidência da República*, as lacunas do texto devem ser preenchidas, correta e respectivamente, com:

- (A) Sua Excelência ... informada ... vossas
- (B) Sua Senhoria ... informado ... suas
- (C) Vossa Senhoria ... informado ... vossas
- (D) Vossa Excelência ... informada ... suas
- (E) Vossa Excelência ... informado ... suas

85. No *Manual de Redação da Presidência da República*, afirma-se que “a clareza deve ser a qualidade básica de todo texto oficial.” Uma das orientações citadas no documento para que a clareza seja atingida é “apresentar as orações na ordem direta e evitar intercalações excessivas.” Segue-se tal princípio em:

- (A) O presente Projeto de Lei representa medida importante para institucionalizar instrumentos de gestão voltados à melhoria da qualidade da educação básica das populações do campo.
- (B) Na próxima semana, serão apresentados aos servidores, em módulos organizados por esta Subchefia, os novos recursos do Sistema de Geração e Tramitação de Documentos Oficiais.
- (C) A Subchefia, que se responsabilizou pela atualização do Sistema de Geração e Tramitação de Documentos Oficiais, inseriu-lhe, com sucesso, como solicitado, novas funcionalidades.
- (D) Depois de ser longamente analisado, debatido e adequado, do Congresso Nacional o Programa de Incentivo à Alfabetização de Jovens e Adultos recebeu a aprovação pelo mérito.
- (E) O interventor – no papel de democrático e jurídico que lhe cabe – tem obrigação não só de apurar a fraude (vergonha para a sociedade) como também de punir, com rigor, os culpados.

- 86.** Em um documento no padrão ofício, o cabeçalho deve constar
- (A) na primeira página, com expediente, nome do órgão principal e, quando necessários, nomes de órgãos secundários, da menor para a maior hierarquia, local e data.
  - (B) em todas as páginas, contendo brasão de Armas da República, nome do órgão principal e dos órgãos secundários e expediente, com espaçamento entrelinhas simples.
  - (C) na primeira página, contendo brasão de Armas da República, nome do órgão principal e, quando necessários, nomes de órgãos secundários, da maior para a menor hierarquia.
  - (D) na última página, contendo nome do órgão principal e dos órgãos secundários, da menor para a maior hierarquia, local e data, com espaçamento entrelinhas duplo.
  - (E) em todas as páginas, com nome do órgão principal e expediente, com espaçamento entrelinhas duplo, local e data e endereçamento, este grafado com letras maiúsculas.
- 87.** Nos documentos oficiais, a redação segue os princípios de formalidade, manifestados na polidez e na civilidade que envolvem uma comunicação. Esses princípios estão presentes em:
- (A) O projeto para reorganização da documentação oficial está fresquinho, pois acabou de ser impresso pelo coordenador.
  - (B) Conforme solicitação dos moradores do bairro, a via que liga as ruas principais será pavimentada no próximo mês.
  - (C) Infelizmente, devolvemos os documentos porque os técnicos apostaram em uma linguagem chata para elaborá-lo.
  - (D) Os trabalhos de reurbanização das praças começaram ontem à tarde. Como diz o ditado: “Antes tarde do que nunca”.
  - (E) Optamos pela inclusão de novas obras ao edital do concurso, aproveitando para dar uma oxigenada nas leituras.
- 88.** Documento de valor jurídico, que não admite alterações posteriores. Nele, não se usam parágrafos e alíneas, escrevendo-se tudo seguidamente, com a finalidade de se evitarem acréscimos nos espaços em branco.
- As informações referem-se
- (A) ao decreto.
  - (B) ao ofício.
  - (C) ao requerimento.
  - (D) à resolução.
  - (E) à ata.
- 89.** De acordo com o *Manual de Redação da Presidência da República*, em um documento que tenha como destinatário o Presidente da República, o vocativo e a pontuação a serem empregados são, correta e respectivamente:
- (A) Excelentíssimo Presidente da República, seguido de dois-pontos.
  - (B) Ilustríssimo Senhor Presidente da República, seguido de ponto.
  - (C) Excelentíssimo Presidente da República, seguido de vírgula.
  - (D) Senhor Presidente da República, seguido de ponto-e-vírgula.
  - (E) Excelentíssimo Senhor Presidente da República, seguido de vírgula.

90. Considere o texto.

Solicito a criação de *software* para mensurar os índices de produtividade no âmbito desta Coordenação-Geral, de modo a disponibilizar informações gerenciais completas para todos os cadastros, tais como dados quantitativos de tempo de entrada e conclusão de tarefas, por usuário, por equipe, por tipo de ato, além de dados quantitativos e gráficos referentes às tarefas atribuídas e concluídas por usuário em determinado período de tempo e outras informações que possibilitem a produção de relatórios gerenciais, conforme especificação completa em anexo.

(Manual de Redação da Presidência da República, 2018. Adaptado)

O ofício do qual o texto foi retirado tem como destinatário a Diretora de Tecnologia da Presidência da República. Considerando-se que o cargo da Diretora é hierarquicamente superior em relação ao do emissor, conclui-se que o vocativo e o fecho do documento devem ser, correta e respectivamente:

- (A) Diretora; Respeitosamente.
- (B) Senhora Diretora; Respeitosamente.
- (C) Senhora Diretora de Tecnologia da Presidência da República; Atenciosamente.
- (D) Digníssima Sra. Diretora + nome; Atenciosamente.
- (E) Ilustríssima Diretora de Tecnologia; Atenciosamente.

91. Considere o documento.

### CERTIDÃO NEGATIVA TRIBUTÁRIA E FISCAL TRIBUTOS IMOBILIÁRIOS

**Número: 205015**

**Data Geração: 19/09/2019**

**Data Validade: 17/03/2020**

A PREFEITURA DO MUNICÍPIO, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 445, da Lei Complementar Nº 34, de 23 de Dezembro de 2005, CERTIFICA que nesta data, com base nas informações do cadastro, o contribuinte abaixo identificado encontra-se quite com os cofres públicos, ficando, desde já, ressalvado o direito de a Fazenda Pública cobrar eventuais débitos que vierem a ser apurados e desde que devidamente comprovados, e por ser verdade firma a presente certidão.

Fica ressalvada a possibilidade de identificação de quaisquer outros débitos, por qualquer meio, pela Prefeitura.

O objetivo da certidão é

- (A) indicar a movimentação judicial para a cobrança de eventuais débitos pela Prefeitura.
- (B) comprovar a existência de dívidas, cabendo à Prefeitura solicitar quitação de débitos.
- (C) exonerar o imóvel de dívidas, sendo um documento emitido a pedido do interessado.
- (D) mostrar a inexistência de dívida, o que denota que não pode haver cobranças futuras.
- (E) isentar o contribuinte de quaisquer cobranças, prevendo devolução das indevidas.

92. A impessoalidade de um documento oficial fica comprometida com emprego de

- (A) impressões subjetivas.
- (B) dados estatísticos.
- (C) citações entre aspas.
- (D) linguagem formal.
- (E) vocabulário seletivo.



93. O memorando é um documento que estabelece comunicação entre unidades administrativas
- (A) de diferentes órgãos, caracterizando-se por ser uma forma de comunicação eminentemente externa.
  - (B) de diferentes níveis hierárquicos, caracterizando-se pela prolixidade e pessoalidade.
  - (C) de um mesmo órgão, caracterizando-se pela agilidade, concisão e clareza.
  - (D) de mesmo nível hierárquico, caracterizando-se por ter uma linguagem coloquial e explicativa.
  - (E) públicas e privadas, de mesmo nível hierárquico, caracterizando-se pelo preciosismo linguístico.

94. Considere o documento.

<p><b>OFÍCIO Nº 10.457/2018/MDH</b></p> <p style="text-align: right;">Brasília, 3 de março de 2018.</p> <p>A Sua Excelência o Senhor [Nome] Ministro de Estado Esplanada dos Ministérios, Bloco X 70064-900 Brasília/DF</p> <p><b>Assunto: Debates sobre o Plano Nacional da Pessoa com Deficiência.</b></p> <p>Senhor Ministro,</p> <p>Convido Vossa Excelência a participar do lançamento do Ciclo de Debates sobre a Execução do Plano Nacional da Pessoa com Deficiência, a ser realizado em 15 de março de 2018, às 9 horas, no Auditório da Escola Nacional de Administração Pública (Enap), no Setor de Áreas Isoladas Sul, em Brasília.</p> <p>O debate inicial faz parte de uma sequência de cinco encontros, com o objetivo de acompanhar o desenvolvimento das diversas ações contidas no referido Plano.</p> <p>Atenciosamente,</p>
---

(Manual de Redação da Presidência da República, 2018. Adaptado)

No ofício, quanto ao alinhamento, a informação divergente das orientações do *Manual de Redação da Presidência da República* é o

- (A) expediente.
- (B) local e data.
- (C) endereçamento.
- (D) assunto.
- (E) fecho.

95. Leia o requerimento.

Senhor Coordenador de Curso,

Maria Tereza Sobrinha, aluna regularmente matriculada no Curso no período da manhã, mais adequado para o acompanhamento das atividades acadêmicas, considerando-se a disponibilidade desse período para o estudo, reservando-se o período vespertino para estudo em casa ou para eventuais trabalhos, uma vez que esses também se mostram importantes para a carreira que se consolidará posteriormente à conclusão da graduação, solicita a Vossa Senhoria histórico escolar do 1º e 2º ano do Curso.

Nestes termos, pede deferimento.

A redação do documento está comprometida quanto à

- (A) finalidade.
- (B) objetividade.
- (C) coesão.
- (D) norma-padrão.
- (E) impessoalidade.

96. Assinale a alternativa em que o enunciado está redigido em conformidade com os preceitos da redação oficial constantes do *Manual de Redação da Presidência da República*.

- (A) Informamos aos cidadãos que idade é igual ou superior a sessenta anos que o Cartão de Estacionamento para Idoso pode ser solicitado por meio do Portal SP 156.
- (B) Informamos os cidadãos que a idade é igual ou superior a sessenta anos que o Cartão de Estacionamento para Idoso pode ser solicitado por meio do Portal SP 156.
- (C) Informamos aos cidadãos cuja idade é igual ou superior a sessenta anos de que o Cartão de Estacionamento para Idoso pode ser solicitado por meio do Portal SP 156.
- (D) Informamos os cidadãos que a idade é igual ou superior a sessenta anos de que o Cartão de Estacionamento para Idoso pode ser solicitado por meio do Portal SP 156.
- (E) Informamos os cidadãos cuja idade é igual ou superior a sessenta anos de que o Cartão de Estacionamento para Idoso pode ser solicitado por meio do Portal SP 156.

97. Através deste, venho solicitar a Vossa Senhoria a inclusão de perfil de acesso no sistema NetNet aos servidores Fulano de Tal, e-mail: fulanodetal@net; e Fulana de Tal, e-mail: fulana@net.br, lotados na Secretaria dos Transportes, para habilitação dos mesmos à realização de publicações no D.O.M.

Garante-se a concisão do texto com a seguinte reescrita:

- (A) Solicito a inclusão de perfil de acesso no sistema NetNet aos servidores Fulano de Tal, e-mail: fulanodetal@net; e Fulana de Tal, e-mail: fulana@net.br, lotados na Secretaria dos Transportes, para habilitá-los à realização de publicações no D.O.M.
- (B) Através deste, solicito a Vossa Senhoria incluir os perfis no sistema NetNet aos servidores Fulano de Tal, e-mail: fulanodetal@net; e Fulana de Tal, e-mail: fulana@net.br, lotados na Secretaria dos Transportes, para que sejam habilitados à realização de publicações no D.O.M.
- (C) Incluir perfil de acesso aos servidores Fulano de Tal, e-mail: fulanodetal@net; e Fulana de Tal, e-mail: fulana@net.br.
- (D) Venho solicitar a inclusão de perfil de acesso no sistema NetNet a Fulano de Tal, e-mail: fulanodetal@net; e Fulana de Tal, e-mail: fulana@net.br, lotados na Secretaria dos Transportes, para habilitar os mesmos à realização de publicações no D.O.M.
- (E) Solicito-lhe a inclusão de perfil de acesso no sistema NetNet aos servidores Fulano de Tal, e-mail: fulanodetal@net; e Fulana de Tal, e-mail: fulana@net.br, para habilitação à realização de publicações no D.O.M.

98. O enunciado, extraído do *Manual de Redação da Presidência da República*, expressa adequadamente a informação, respeitando-se os princípios de norma-padrão, coesão e coerência, em:
- (A) Portanto, afirmou o Marquês de Maricá em suas Máximas: “Todos reclamam por reformas, tanto que ninguém quer reformar-se.”
  - (B) Assim afirmou o Marquês de Maricá em suas Máximas: “Todos reclamam de reformas, ainda que ninguém se quer reformar.”
  - (C) Conforme afirmou o Marquês de Maricá em suas Máximas: “Todos reclamam reformas, portanto ninguém quer se reformar.”
  - (D) Como afirmou o Marquês de Maricá em suas Máximas: “Todos reclamam reformas, mas ninguém se quer reformar.”
  - (E) Não obstante afirmou o Marquês de Maricá em suas Máximas: “Todos reclamam reformas, porquanto ninguém se quer reformar.”
99. Em relação à padronização da linguagem, o *Manual de Redação da Presidência da República* deixa claro que
- (A) a digitação sem erros, o uso de papéis uniformes para o texto definitivo, nas exceções em que se fizer necessária a impressão, e a correta diagramação do texto são indispensáveis para a padronização.
  - (B) o uso do padrão culto é imprescindível na redação oficial, mas devem ser consideradas também as diferenças lexicais, morfológicas ou sintáticas e regionais.
  - (C) a língua culta é contra a pobreza de expressão e a sua simplicidade, por isso o uso do padrão culto significa empregar a língua de modo rebuscado na comunicação escrita.
  - (D) a pessoalidade na escrita se mostra mais relevante do que o correto emprego deste ou daquele pronome de tratamento para uma autoridade de certo nível.
  - (E) os atos normativos e os expedientes oficiais, em razão de seu caráter público e de sua finalidade, podem requerer eventualmente o uso do padrão culto do idioma.

100. Considere as informações:

**Institui Comissão Especial de Licitação.**

**O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA**, no uso de suas atribuições legais,

**RESOLVE:**

**Art. 1º** Constituir Comissão Especial de Licitação (CEL), para instaurar procedimento licitatório destinado a contratar empresa especializada para o fornecimento, desenvolvimento, implantação e operação assistida de um Sistema Integrado de Administração Tributária – SIAT.

**Art. 2º** A presente Comissão Especial de Licitação terá como membros os seguintes servidores:

- a) José da Silva, RF nº 111.11.1.00, Presidente;
- b) João de Souza, RF nº 222.222.1.00, Presidente Suplente;
- c) Manoel Carlos, RF nº 333.333.1.00, membro;

**Art. 3º** Para o suporte técnico da Comissão Especial da Licitação, o Presidente da mesma, poderá constituir uma Comissão de Avaliação, composta por servidores técnicos.

**Art. 4º** As atividades auxiliares e de apoio à Comissão serão coordenadas pela servidora Fernanda Pacheco, RF nº 777.587.1.00.

**Art. 5º** O Presidente da Comissão Especial de Licitação poderá convocar outros servidores para compor a equipe de apoio necessária para o processamento da licitação.

*(Manual de Redação de Atos e Comunicações Administrativos da Cidade de São Paulo – Fazenda. Adaptado)*

De acordo com as informações apresentadas, conclui-se corretamente que elas foram extraídas de

- (A) intimação.
- (B) requerimento.
- (C) memorando.
- (D) parecer.
- (E) portaria.

